



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
CURSO DE HISTÓRIA
MONOGRAFIA**

**Filiação das pinturas rupestres do
sítio arqueológico da Toca do Índio -
Andrelândia, Minas Gerais**

**Márcio Mota Pereira
Matrícula nº 2411034-6**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Moisés Romanazzi Tôrres (UFSJ)

SÃO JOÃO DEL-REI

26 de novembro de 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
CURSO DE HISTÓRIA
MONOGRAFIA**

**Filiação das pinturas rupestres do
sítio arqueológico da Toca do Índio –
Andrelândia, Minas Gerais**

**Márcio Mota Pereira
Matrícula nº 2411034-6**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Moisés Romanazzi Tôrres (UFSJ)

**Monografia apresentada como exigência
para obtenção do título de Bacharel em
História pela Universidade Federal de
São João del-Rei.**

SÃO JOÃO DEL-REI

26 de Novembro de 2007

“O objetivo da investigação propriamente arqueológica é obter informações para lá de um limite onde nenhuma observação é possível, através do qual nenhuma palavra pode chegar até nós.”
(MOBERG, Carl-Axel. Introdução à arqueologia. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 153.)

Agradecimentos

Quando uma atividade é realizada com o bom gosto pela mesma presente no seu idealizador esta de forma alguma pode ser considerada padecente, tomando então o estigma de prazerosa.

Para a composição deste trabalho tenho a certeza de que usei as pesquisas de renomados cientistas, que tais como eu são humanos sendo que as únicas características que nos diferem hoje é a sapiência presente nos díspares anos de estudo e a titulação. Por enquanto.

Agradeço aos meus pais. Agradeço principalmente de todo o coração à minha mãe, Manoelina, que sempre foi “meus pais” e que não economizou esforços para que seu único filho fosse um Mota pioneiro. Todo e qualquer esforço é todo seu.

Agradeço à Carol por me fazer gostar de São João del-Rei. Se não fosse você, então quem?

Agradeço à Deus por ter me dado forças para não tropeçar nas pedras que constantemente aparecem no caminho. Não a pedra citada por Drummond, mas os inconvenientes e descaminhos desvirtuantes existentes na vida de qualquer ser humano.

Ainda que ele seja abstrato, agradeço ao Sr. Ensino Público que não nega aos que se esforçam os louros da vitória no vestibular, a labuta dos períodos e o diploma no final. Da mesma forma agradeço à Universidade Federal de São João del-Rei por ser meu berço científico.

Agradeço ao Sr. Marcos Paulo de Souza Miranda e ao NPA por terem a iniciativa de preservar o passado que poucos conseguem perceber.

Agradeço aos funcionários da Universidade Federal de São João del-Rei. Muitos com a simpatia e presteza frequentemente ausentes nos funcionários públicos de qualquer esfera.

Agradeço ao professor Moisés Romanazzi Torres pela orientação neste trabalho e empolgação estridente quanto à Pré-História, ainda que esta alegria seja mais jurássica que holocênica.

Agradeço piamente à professora Maria Leônia Chaves de Resende e ao professor Ivan de Andrade Vellasco que acreditaram nas minhas qualidades de pesquisador. Certamente, meu pai e minha mãe no meio científico.

Agradeço aos amigos da turma, aos das outras turmas e aos dos outros cursos. Realmente, a teia social passível de ser tecida na Universidade é bem extensa...

Enfim, à todos que acompanharam meus passos e aos que vão continuar acompanhando.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	04
2. Colonizações.....	06
2.1 Américas: Escolas e teorias.....	06
2.2 Brasil.....	08
2.3 Sul de Minas.....	10
3. O contexto da região.....	12
3.1 A cidade de Andrelândia.....	12
3.2 O Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande e o Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio.....	15
3.3 O sítio arqueológico da Toca do Índio.....	17
3.4 Os Registros arqueológicos.....	18
3.5 A arte rupestre.....	24
3.6 As Tradições Rupestres da região.....	28
3.7 As pinturas rupestres da Toca do Índio – uma análise.....	31
4. O estado de conservação das pinturas.....	41
4.1 Características dos processos de degradação.....	41
5. Conclusões.....	49
6. Referências bibliográficas.....	52

1. Introdução:

A colonização histórica do Sul de Minas Gerais está estritamente ligada à entrada de bandeirantes paulistas que percorriam os sertões adentrando as regiões das minas, tendo como destino as cidades de Villa Rica, São João del-Rei, São José del-Rei, Sabará e Villa do Carmo, dentre outras. Apressados com a necessidade de chegar aos áureos destinos coloniais, muitas vezes estes astutos homens montados em seus burros comandando suas tropas não tinham tempo ávido para notar as particularidades dos caminhos que percorriam, motivo pelo qual conta-se nos dedos os que tiveram a oportunidade de identificar registros de antigas populações que habitaram a então colônia portuguesa.

As primeiras menções à região onde hoje está situada a cidade de Andrelândia fazem parte das histórias relatadas pelo taubateano João de Siqueira Afonso, filho do também bandeirante Manoel de Siqueira Afonso. João de Siqueira após se hospedar na casa de Tomé Portes del-Rei, nas margens do Rio das Mortes, continuou caminho em direção ao Sul, encontrando grande quantidade de ouro aos pés de um morro que denominou *Ajuruoca*¹ – Aiuruoca. Neste caminho entre Aiuruoca e São João del-Rei, deu-se início à construção do que posteriormente seria chamado arraial do Turvo, terras onde João Velozo de Carvalho teria se instalado após adquirir uma carta de sesmaria, no ano de 1742.²

Apesar do fluxo de pessoas ser constante nesta importante “avenida” bandeirante, os relatos que temos não sobre a presença de gentios, mas sim sobre a presenças de

¹ Topônimo indígena que provavelmente mescla os termos “Ajuru” (papagaio que fala) e “Oca” que por fim significaria “Casa dos papagaios falantes ” ou simplesmente “casa de papagaio”. In: BUENO, Silveira. **Vocabulário Tupi-Guarani – Português**. São Paulo: Brasilivros Editora e Distribuidora Ltda., 1987. e In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Aspectos Históricos da Terra de André**. Andrelândia: Editora CopyGraph, 1996. 184 p.

² Relatos completos da colonização histórica desta região do Sul de Minas Gerais podem ser acompanhados detalhadamente em MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Aspectos Históricos da Terra de André**. Andrelândia: Editora CopyGraph, 1996. 184 p.

manifestações paleoíndias por parte dos viajantes e cronistas são inexistentes. Como parco exemplo colonial, o padre Francisco de Menezes, autor de “Lamentação Brasilica”, relata nesta obra suas andanças pelo interior do Nordeste (entre 1789 e 1806) à procura de tesouros escondidos por jesuítas e holandeses. Apesar do espírito aventureiro que não lhe rendeu os frutos esperados, Menezes relatou diversas inscrições rupestres pelos locais onde passou, tornando-se assim um dos primeiros a descrever aspectos da pré-história brasileira. Somente em 1887 Tristão de Alencar Araripe publicaria o primeiro trabalho mais extenso sobre a arte rupestre, afirmando se tratar de uma obra humana de grande antiguidade, ressaltando assim, a importância de seu estudo (GASPAR, 2003: 34).

É incerto o período que as pinturas rupestres da Toca do Índio – localizadas na Serra de Santo Antônio (município de Andrelândia) foram descobertas, mas é inegável a sua importância como representante de um passado remoto, onde o ouro não recebia a importância cotidiana e os territórios não eram demarcados por cartas e papéis, mas pela presença humana assim como sua posse, efetivada através de defesas e ataques territoriais.

Antes de direcionarmos nosso estudo sobre as peculiaridades das pinturas rupestres de Andrelândia, faz-se necessário um estudo prévio sobre a ocupação humana pré-histórica. Entenda-se por esta a ocupação, a colonização dos atuais territórios americano, brasileiro e sul-mineiro de modo a compreender os vários modelos comumente debatidos acerca destas “colonizações”.

Também será necessário analisar as principais características que compõem a pré-história brasileira, ou seja, as definições de tradição de pinturas rupestres, assim como os registros (ou vestígios) arqueológicos, além de sua importância como únicos responsáveis por explicar aos estudiosos de hoje as particularidades da vida de ontem.

2. Colonizações:

2.1 As Américas e suas teorias:

Inúmeras teorias ao longo dos estudos pré-históricos foram elaboradas com o objetivo de explicar como o continente americano como um todo fora ocupado. As explicações propostas até o momento têm explorado todas as possibilidades para a migração e ocupação da América, tanto por caminhos terrestres quanto pelas não muito acreditadas rotas marítimas.

Dentre estas possibilidades, uma se destaca não pela veracidade de sua proposta, mas pelos conhecimentos por si difundidos. Trata-se da Teoria Clóvis que afirma que a entrada do homem no continente americano teria se dado há cerca de 12.000 anos antes do presente, em um momento em que a última glaciação findava, as calotas de gelo no extremo norte do continente diminuía e o nível do mar aumentava.

Segundo esta teoria, a entrada dos paleoíndios teria se dado através de “levas”, grupos de indivíduos que, atraídos por manadas de animais ou mesmo pelo instinto involuntário de migração, deslocaram-se para a América a estabelecendo-se neste solo onde encontrariam uma grande variedade e quantidade de alimentos, destacando-se a chamada mega-fauna, composta por animais de grande porte como as preguiças gigantes (*Eremotherium lundii* ou *Megatherium americanum*), o tigre-dentes-de-sabre (*Smilodon populator*) ou ainda o tatu gigante (*Glyptodon clavipes*).

Entretanto, ainda não podemos estabelecer o modo como estas levas teriam adentrado o continente. Teorias supõem que este fato teria acontecido com uma migração errante através de enormes blocos de gelo que dominavam a paisagem ártica, ou ainda a chamada navegação de cabotagem que julga serem capazes estas populações de terem realizado este deslocamento através do litoral utilizando-se, para isso, de conhecimentos de navegação capazes de conduzi-los através de geleiras, praias, baías e enseadas.

Uma outra teoria extremamente controversa proposta por Melo (2000: 263 – 272) busca a possibilidade de uma primeira colonização do continente ter se dado através de levas oriundas diretamente de África para o Brasil. Populações utilizando de primitivas embarcações poderiam ter cruzado o oceano Atlântico e, auxiliados pelas correntes marítimas que vêm daquele continente em direção ao nosso, chegando à América e dando início à dispersão de indivíduos morfologicamente negróides (ou ainda semelhantes aos atuais aborígenes australianos), o que, segundo a autora, poderia explicar a presença de fósseis com estas características no Brasil, como o apelidado de Luzia, encontrado na região de Lagoa Santa, Minas Gerais e datado de aproximadamente 11 mil anos. Segundo Melo (2000: 269), os grupos que migravam não tinham o objetivo de alcançar qualquer lugar definido, por que não sabiam previamente da existência das terras que foram por eles colonizadas.

O ineditismo de Luzia é mais uma prova de que a temática é por demais conturbada. Caso futuros estudos venham a não corroborar a teoria de Melo, a explicação para Luzia seria uma suposta onda de migração em períodos distintos, composta por levas de indivíduos etnicamente diferentes onde acabaram por sobressair os de origem mogolóide, que dominaram o continente e são os ascendentes das atuais populações indígenas.

Walter Neves, por sua vez, afirma que a colonização da América teria se dado através de levas migratórias oriundas do continente asiático que, atravessando o Estreito de Bering, teriam se dispersado através do continente americano de forma desigual e em momentos distintos. Segundo o autor, esta seria uma das explicações para as variações entre as populações paleoíndias distribuídas ao longo do continente.

2.2 Brasil:

Caso acatássemos qualquer teoria que coloca a Beríngia como porta de entrada da colonização pré-histórica americana, passaria a ser um consenso crer que os primeiros territórios do Brasil a serem colonizados seriam os localizados logo após o Canal do Panamá, ou seja, a Amazônia propriamente dita. Entretanto, também é consenso que devido à alta umidade da região e à presença da floresta, responsável por despejar no solo uma imensurável quantidade de matéria orgânica, é de difícil conservação qualquer qualidade de registro facilmente destrutível nestas condições, como ossos que pudessem indicar principalmente a origem étnica dos paleoíndios. Desta forma, nesta região podemos contar apenas com outras qualidades de registro, tais como instrumentos os líticos utilizados em atividades cotidianas, como a caça. São justamente estes resquícios os principais responsáveis pela descrição da pré-história do início do holoceno nesta região tropical.

Seguindo a ótica de pensamento filiada à teoria Clóvis, Gabriela Martin (1998: 14) afirma que os primeiros homens que chegaram ao Nordeste brasileiro pertenciam a grupos mongolóides, como, aliás, todos os habitantes das Américas anteriores à colonização européia e que os índios brasileiros são os descendentes de levas arcaicas. Entretanto, muitos arqueólogos brasileiros não corroboram a teoria norte-americana supracitada acima.

Figuti revela em seus estudos que a colonização do Brasil por populações pré-históricas teria se dado em um período anterior já que, no litoral brasileiro, “os primeiros verdadeiros sítios de grupos humanos com economia baseada na extração de recursos marinhos datam de cerca de 20 mil anos” como consequência “de fortes pressões ambientais e demográficas que teriam levado o homem, até então caçador de grandes mamíferos, a diversificar sua economia e tornar agricultor, pastor e, enfim pescador e coletor de organismos marinhos” (Figuti, 1999: 198).

Em suas pesquisas na região Sul do Estado do Piauí, onde hoje está localizado o Parque Nacional da Serra da Capivara, a arqueóloga Niède Guidon datou diversos vestígios de carvões que fariam parte de fogueiras feitas pelas populações pré-históricas do Nordeste do Brasil em até 50 mil anos. Diversas outras pesquisas na mesma região praticamente corroboram as pesquisas de Guidon, revelando por muitas vezes datações próximas a esta.

Na região de Central (estado da Bahia), Maria Beltrão teria encontrado em suas pesquisas datações que ultrapassam os 200 mil anos e aproximam-se dos 300 mil anos³. Entretanto, apesar desta pesquisadora ser consagrada como uma das grandes estudiosas da pré-história brasileira, estas datações são consideradas extremamente imprecisas uma vez que ainda é grande a discussão sobre a validade de datações que superem 50 mil anos ou mesmo dos métodos utilizados para fazê-las. Já Roosevelt (1999: 41) também defende a presença de paleoíndios em idade superior a 12 mil nos, afirmando que no continente sul-americano já “existia uma cultura diversa já bem estabelecida na área em 11 mil anos AP (antes do presente)”, ou seja, “cedo demais para serem descendentes da cultura Clóvis”.

No estado de Minas Gerais, as regiões cársticas de Lagoa Santa (Lagoa Santa / Serra do Cipó / Santana do Riacho) e do Peruaçu são responsáveis por ceder grande parte dos vestígios arqueológicos que compõem a maioria das pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região. Entretanto, diversas outras regiões no estado também abrigam grande potencial para o estudo da pré-história brasileira, como a Zona da Mata, o noroeste (divisa de Minas Gerais e Goiás) e, de forma mais acanhada, a região compreendida entre a nascente do Rio São

³ In: MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2005. pág. 49. e BELTRÃO, Maria. **A Astronomia do Homem Pré-Histórico Brasileiro**. In: Revista Geográfica Universal, outubro 1991. Pág. 88 – 97.

Francisco e o norte do Estado de São Paulo, conhecida como Alto Rio Grande, em referência ao rio homônimo.

André Prous (1999: 102) estabelece a data limite para a ocupação paleoíndia em Minas Gerais estabelecida entre 11 mil e 12 mil anos atrás, embora instrumentos líticos datados de até 20 mil anos a 15 mil anos também já foram detectados, mesmo sendo difícil sua interpretação e inserção no contexto temporal pré-histórico adotado para a região.

2.3 Sul de Minas:

Dentro de Minas Gerais, o vale do rio São Francisco pode ser considerado como um grande centro de irradiação de grupos étnicos pré-históricos desde os começos do holoceno (a partir de 10.000 anos BP). Podemos acreditar que o rio São Francisco era de fundamental importância na vida das populações pré-históricas que viviam em seu entorno. Certamente, o São Francisco era uma grande fonte para a alimentação, fornecendo peixes e irrigando as terras do seu entorno, que posteriormente seriam cultivadas ainda por populações pré-históricas, posteriormente por populações gentias e cotidianamente pelo “homem moderno”.

As pesquisas arqueológicas sempre tiveram grande desenvolvimento nas regiões do Baixo e Médio São Francisco, ou seja, desde a sua foz até a região de Januária e Montalvânia, norte do estado de Minas Gerais. No Baixo São Francisco, o Museu Arqueológico do Xingó vinculado à Universidade Federal de Sergipe em conjunto com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF desenvolveu diversas pesquisas como medidas para o salvamento de emergência dos resquícios arqueológicos da região haja vista que a construção de uma usina hidroelétrica colocava todo o patrimônio arqueológico em risco. No Médio São Francisco, já em Minas Gerais, diversas pesquisas arqueológicas na Serra do Cabral e no entorno da cidade de Três Marias vêm sendo realizadas há anos.

Entretanto, até o momento, somente pesquisas arqueológicas ao longo do Baixo e Médio São Francisco foram realizadas, sendo que a região que compreende o Alto São Francisco, ou seja, suas nascentes, ainda não foram alvos de pesquisas ou levantamentos sistemáticos que pudessem inventariar o patrimônio arqueológico da região relacionado aos primeiros ocupantes. Somente estudos prévios foram realizados e mediante esta situação, é necessário um esforço suplementar aos já existentes para que o potencial arqueológico desta região seja plenamente estudado.

Devido à já citada importância do São Francisco para as populações pré-históricas, podemos tomar o vale deste rio como um imenso corredor responsável por distribuir estas populações ao longo do curso do mesmo. Desta forma, é absolutamente normal encontrarmos resquícios arqueológicos ao longo do seu curso.

Grande particularidade é o fato da nascente do São Francisco estar situada bem próxima ao curso de outro grande rio da região Sudeste do Brasil, o rio Grande. Desta forma, podemos perceber que a região que é alvo das pesquisas desenvolvidas neste estudo está situada entre as nascentes de dois importantes rios, tornando de caráter prático o fluxo e a disseminação de culturas neste momento histórico.

Na região Sudeste de Minas Gerais (bacia hidrográfica do Alto Rio Grande), dezenas de sítios arqueológicos pré-históricos já foram identificados e, muitos deles, pesquisados pelo Museu de Arqueologia e Etnologia Americana – MAEA da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Entretanto, quanto aos sítios situados no município de Andrelândia, apenas o da “Toca do Índio” já foi alvo de estudos por parte de André Prous que ressaltou sua localização, suas características geológicas e geográficas, algumas descrições superficiais acerca de suas particularidades pré-históricas – principalmente as pinturas rupestres e a necessidade de sua preservação.

Apesar destas relevantes pesquisas, ainda há uma lacuna a ser preenchida, responsável por desvendar a origem dos primeiros habitantes pré-históricos da região. Esta é uma questão extremamente complexa uma vez que a quantidade de resquícios arqueológicos encontrados para este período são escassos, revelando a baixa densidade populacional do período constituindo-se, assim, um importante tema a ser proposto em futuros estudos.

3. O contexto da região:

3.1 A cidade de Andrelândia:

Nesta região sul-mineira está situada a cidade de Andrelândia que conta com aproximadamente 12.172 habitantes⁴. Andrelândia tem ainda como referência sua localização no sopé da serra de Santo Antônio que comporta uma relativa quantidade de sítios arqueológicos pré-históricos, sendo que destes cinco já foram cadastrados junto ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a saber: Serra do Santo, Cavinha do Porto, Pedra da Onça, Pedreira, e o sítio arqueológico da Toca do Índio, que será parcialmente alvo de nossa atenção nesta monografia.

A Serra de Santo Antônio, com 16 km de extensão (denominada desta forma pela primeira vez em documentação histórica no ano de 1856, assumindo desde então este topônimo) é parte integrante da Serra do Turvo que por sua vez compõe a Serra da Mantiqueira, importante relevo topográfico do Sul de Minas⁵. Aos pés da Serra de Santo Antônio está localizado o Vale do [Rio] Turvo Grande, sendo que do outro lado da mesma

⁴ População estimada em 2006. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Capturado em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em 05-05-2007.

⁵ MIRANDA. Marcos P. S. **Serra de Santo Antônio: a origem deste nome**. *In*: NPA Informa. N° 8 – Outubro Andrelândia: 2000. p. 8.

Serra localiza-se o Vale do [Rio] Turvo Pequeno, que desemboca no Turvo Grande que por sua vez encontra o Rio Aiuruoca que enfim finda no Rio Grande.

O clima atual é mesotérmico brando, úmido a sub-úmido, com amplitudes médias anuais variando entre 6° e 22°. A estação das chuvas que ocorre entre setembro e abril oferece precipitações variando entre 1.500 e 1.700 mm anuais.⁶

No Vale do Turvo Grande podem ser facilmente encontrados vestígios arqueológicos. No local denominado “Aldeamento” – 21° 45’ 809” S / 44° 20’ 004” W, 969 metros acima do nível do mar; importante sítio arqueológico ceramístico, grande é a abundância deste material que estes são de simples detecção, e mais facilmente encontrados quando há a utilização de maquinário agrícola no pasto. Neste local também pode ser encontrado uma cavidade no solo de tamanho médio na qual Prous certa vez suscitou ser uma provável habitação, similar às utilizadas pelos índios Kaingang no Sul do Brasil. No local denominado “Pasto do Padre João” há a ocorrência de dissimilitudes quanto à coloração da grama (fenômeno mais visível quando tem o início do período das chuvas), formando em certos locais grandes círculos perfeitos (aldeias ?), podendo ser a indicação de prósperos locais a serem alvos de prospecções arqueológicas.

⁶ In: PROUS, André; MALTA, Ione e JESUS, Soraia. **Lês Pintures Rupestres de la “Toca do Índio”, Andrelândia, Minas Gerais, Brésil.** Archives e Documents, PARIS, v. 87, 1987.



Foto 01. Cerâmicas encontradas no local denominado “Aldeamento”. Foto: Márcio Mota Pereira.

Em muitos outros locais no Vale do Turvo Grande também já foram detectados sítios arqueológicos, muitos com pinturas rupestres, mas assim como estes supracitados, ainda não foram catalogados. No Vale do Turvo Pequeno ainda não foram detectados sítios arqueológicos. Entretanto, visitas sistemáticas com esta finalidade ainda não foram realizadas. Devido à proximidade, este local constitui-se como provável abrigo de futuras e importantes descobertas.

3.2 O Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande e o Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio:

O Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande – NPA apresenta-se como uma organização não governamental (Ong.) que preza pela pesquisa, divulgação e conservação do patrimônio arqueológico, histórico, cultural e ambiental do entorno de Andrelândia. Resultado de uma união social, entretanto sua posição legal só foi formalizada no ano de 1986, sendo que fora declarado entidade de utilidade pública municipal pela Lei 941 de 22 de novembro de 1994 e de utilidade pública estadual pela Lei 11.921, de 22 de setembro de 1995.

Atualmente, o grupo atua na catalogação de sítios arqueológicos, na conscientização da população acerca da importância desta qualidade de patrimônio e também coleta de vestígios arqueológicos que ocasionalmente são encontrados na região por moradores, principalmente nas regiões rurais, dando-lhes destino adequado e impedindo que sejam considerados ornamentos típicos de “índios”, inventariando ainda, desta forma, o acervo arqueológico da região.

Em termos geográficos, o Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio que compõem parte dos bens imóveis do NPA, for sua vez está situado na serra de mesmo homônima, localizada no município de Andrelândia, Sul de Minas Gerais, e tem sua posição determinada pelas coordenadas geográficas 21°, 47' 25'' S e 44°, 19', 34'' W. Sua área é de aproximadamente 12,00 ha. (doze hectares), com altitudes variando entre 1.000 e 1.200m. Dentro dos limites do Parque, está inserido o sítio arqueológico da Toca do Índio, situado em

numa zona acidentada com altitudes superiores a 1600m; a vegetação é a mesma da floresta subtropical com campos de altitude.⁷



Foto 02. Em primeiro plano, o sítio “Aldeamento” e, ao fundo, a Serra de Santo Antônio. Foto: Márcio Mota Pereira.

O patrimônio arqueológico do Parque, ainda pouco explorado, diz respeito principalmente às pinturas rupestres que se encontram abundantemente nas formações geomorfológicas que impressionam pelas suas características pictóricas e estado de conservação. A importância desta é dada pela possibilidade de associar vestígios arqueológicos com as características das representações rupestres, obtendo, desta forma,

⁷ Mais informações sobre o NPA e o Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio podem ser adquiridas no site do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto rio Grande – NPA: <http://www.npa.org.br/principal.html/>. Acesso em 05-05-2007.

apontamentos para o estudo dos hábitos e modo de vida dos povos que habitaram toda a região.

O estabelecimento do Parque através da iniciativa do NPA foi uma medida de emergência, uma vez que a área onde está localizado o sítio arqueológico da Toca do Índio vinha sendo alvo de ações predatórias, como a retirada da mata para formação de campos, culturas e pastagens.

3.3 O sítio arqueológico da Toca do Índio:

A Toca do Índio constitui-se como um abrigo rochoso protegido por um paredão de pedra quartzítica situado na base de uma montanha que compõem a Serra de Santo Antônio, acidente geológico que marca a topografia da região como uma das maiores referências visuais, além de se constituir como grande responsável pelo abastecimento hídrico da cidade de Andrelândia.

O abrigo em mixacalisto é aberto a noroeste na base de um afloramento rochoso e apresenta dois patamares: o primeiro medindo 35m x 8m e o segundo 20m, o qual contém algumas pinturas rupestres. A parte abrigada se estende por aproximadamente 60 metros, ao longo de um paredão retilíneo. Entretanto, a zona protegida das intempéries tem no máximo 10 metros.

A situação do sítio sugere que ele pode ter servido de abrigo a populações pré-históricas. Os grupos mais recentes de horticultores cerâmicos o ocuparam ocasionalmente, sendo os seus vestígios descobertos mais embaixo (Jesus *et al*, 1989). Estes vestígios podem ser descritos como uma grande variedade de pontas de lança e outros instrumentos líticos tais como mãos de pilão, machados utilitários e cerimoniais (conhecidos como machados âncora

ou ainda popularmente como “pedras de raio ou de “corisco”); instrumentos cerâmicos, principalmente urnas funerárias e utilitárias, além de restos ósseos. Ressaltamos que ainda que apenas uma pequena prospecção arqueológica foi realizada na Toca do Índio orientada pela equipe do arqueólogo André Prous que esteve na região no final da década de 80 do século passado avaliando a potencialidade arqueológica da região e, mesmo assim, o sítio apresentou a maior quantidade de vestígios arqueológicos por metro quadrado, demonstrando a sua importância.

Entretanto, muitos dos vestígios em posse do NPA são os resultados de coletas casuais realizadas por pessoas que, ainda que desprovidas do discurso de que não é permitida a coleta aleatória desta material, o fizeram destinando-os ao grupo.

A vegetação que cerca o abrigo é remanescente de mata atlântica, já apresentando as características de transição para cerrado. A manutenção desta vegetação é importante pois esta é responsável pela proteção das pinturas perante as ações naturais, como vento, sol e chuva. A temperatura é amena devido à proteção oferecida pelas árvores que impede o contato dos raios solares com o sítio propriamente dito. Segundo (Malta e Jesus, 1985: 02), “em termos de paleoecologia, a presença de araucária mostra que houve uma expansão da floresta de pinheiros até a região, indicando o domínio de um clima mais frio que o atual. Para a arqueologia de Minas Gerais, o abrigo da Toca do Índio é o primeiro localizado na região de floresta sub-tropical, cujo ambiente e recursos oferecidos são ainda pouco conhecidos.”

3.4 Os Registros arqueológicos:

As culturas do passado, objeto de pesquisa dos arqueólogos, são reconstruídas através dos dados arqueológicos, que consistem em qualquer evidência material, resultado das atividades humanas. Os locais onde podem ser encontrados estes vestígios da cultura material são chamados de sítios arqueológicos ou, de uma forma mais generalizada, de registro arqueológico. Apesar de o termo registro arqueológico referir-se especificamente à distribuição mais ou menos intensa de artefatos (cultura material), podem ser mencionadas outras categorias de registros arqueológicos como estruturas ou outros resquícios deixados pelas populações pré-históricas que freqüentaram aquela região.

Grande é a importância do fato das populações pré-históricas terem deixado vestígios de suas passagens por todos os lugares onde transitaram, de forma consciente ou mesmo inconscientemente. Dentre estes vestígios, podemos citar muitos objetos criados a partir de distintos materiais, como os instrumentos líticos (pontas de flecha, machados, zoólitos, furadores, raspadores, polidores...), confeccionados a partir de diferentes qualidades de rochas (quartzito, sílex, quartzo...), a madeira (arcos e flechas, tacapes...), a palha (cestarias utilitárias como esteiras, cestas, balaios e jacás⁸), ossos (furadores, pontas de flechas), cerâmica (vasos para armazenamento de alimentos, para seu consumo, urnas funerárias, vasilhames para oferendas...), peles (vestimentas), além de outros resquícios que não tinham a finalidade do uso cotidiano, mas que mesmo assim são capazes de retratar aspectos destas extintas sociedades pré-históricas, como os registros rupestres pintados, termo que também podem ser caracterizados como “arte rupestre” ou “pinturas rupestres”.

⁸ Jacá. [Do tupi.] S. m. Bras. Espécie de cesto feito de taquara ou de cipó, e de forma variável, para conduzir carga, em geral de comestíveis, às costas de animais. *In: Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 2ª Edição. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1998. p. 978.

No sítio, durante visita realizada pelo arqueólogo André Prous no ano de 1987, foram realizadas coletas técnicas e escavações que levantaram uma grande quantidade de material cerâmico e lítico. No entanto, o entorno do sítio também é responsável por conter enorme quantidade de resquícios, tanto líticos utilitários e cerimoniais quanto cerâmicos.

No sítio estudado as escavações detectaram 3 níveis estratigráficos. O mais antigo continha carvões que foram datados em cerca de 3030 ± 240 BP. No segundo piso intermediário foram encontrados restos ósseos, nódulos de corante (vermelho e laranja), cerâmicas e uma lasca basáltica e no terceiro piso, mais recente, foram encontrados manchas de fogueiras com a presença de muitos sedimentos de carvões. Quanto aos vestígios alimentares foram encontrados restos de gastrópodes, fragmentos de carapaças de tatus, frutos de palmáceas, restos ósseos de cervídeos, de aves, de tartarugas e de peixes⁹ demonstrando assim a importância do sítio que talvez não fosse um local de passagem, mas que pode ter servido como abrigo permanente.

⁹ *In*: PROUS, André; MALTA, Ione e JESUS, Soraia. **Lês Pintures Rupestres de la “Toca do Índio”, Andrelândia, Minas Gerais, Brésil.** Archives e Documents, PARIS, v. 87, 1987. Pág. 10.



Foto 03. Machados utilitários encontrados na região de Andrelândia (conhecidos como “pedra de corisco ou pedras de raio”). Foto: NPA.¹⁰



Foto 04. Machado cerimonial encontrado na região. Foto: NPA.¹¹

¹⁰ Foto in: <http://www.npa.org.br/imagens/vestigios>

¹¹ Idem.



Foto 05. Ponta de flecha encontrada na região. Foto: NPA.¹²



Foto 06. Cerâmica utilitária encontrada na região. Foto: NPA.¹³

¹² Idem.

¹³ Idem.



Foto 07. Representação antropomorfa (face) com fim decorativo que era aplicado no lado externo em cerâmicas encontradas na região de Andrelândia. Foto: NPA.¹⁴

A importância destes achados está no fato deles serem os únicos vestígios da ocupação humana há milhares de anos. Desta forma, em uma sociedade onde há até pouco tempo predominava uma centena de culturas desconhecedoras das letras ou de quaisquer outras formas de comunicação a não ser a oral, os registros e vestígios deixados por eles constituem os únicos meios pelo qual o historiador pode decifrar suas particularidades e características. Também são responsáveis pela análise em conjunto com as representações rupestres da região, podendo ser definido, através desta metodologia, a origem étnica dos antigos habitantes da região.

¹⁴ Idem.

3.5 A arte rupestre:

Os conjuntos de registros rupestres são caracterizados por representarem as primeiras tentativas da comunicação humana, sendo capazes de revelar ainda importantes informações sobre os processos de transformação e pertença social dos grupos que deixaram suas marcas através desta “linguagem” pré-histórica.

Estas representações rupestres enquanto linguagem de uma extinta sociedade infelizmente não podem mais ser decodificadas em sua plenitude, uma vez que a percepção do meio das pessoas que as fizeram há milhares de anos é totalmente diferente da nossa. Entretanto, estas manifestações constituem um dos únicos vestígios que foram deixados pelas complexas sociedades pré-históricas que aqui viveram e fazem parte do “acervo documental” que dispomos para tentar elaborar teorias que visam compreender a importância de sua passagem pelos lugares que habitaram.

Inicialmente, estes grafismos eram compreendidos como simples representações artísticas ou mágicas, carregadas de espiritualidade. Em um período posterior, quando Leroi Gourhan e Annete Emperaire começaram a propor metodologias estáveis para seu estudo, passaram a ser reconsideradas, desta vez como uma linguagem simbólica, pautada em um contexto oral reproduzido através das imagens. Assim, estas manifestações poderiam ser estudadas a partir da sua organização no painel composto por um conjunto delas, ou seja, elas indicam um código específico, situado no espaço e no tempo, segundo um modelo socialmente pré-estabelecido, referente ao imaginário dos grupos humanos pré-históricos.

Entretanto, apesar de não ser possível desvendar o conteúdo verdadeiro destas manifestações, elas compõem um quadro que efetivamente foi realizado pelas populações que viveram naquela região, tornando-se, desta forma, resquícios pré-históricos que poderão ser estudados na tentativa de interpretar possíveis características culturais destas populações pré-

históricas. Perceber as pinturas rupestres enquanto parte integrante dos códigos de linguagem de sociedades extintas colabora para a formação de identidades culturais em uma determinada região. O pictograma de um cervídeo, por exemplo, faz parte de um código específico desse animal para o grupo que o registrou e assinala, de alguma forma, a sua importância para o mesmo. Segundo Luciana Pallestrini, estas pinturas não são manifestações artísticas de culturas recentes e são autênticas. São formas de linguagem, meios de comunicação, símbolos que manifestam uma possibilidade cognoscitiva não podendo ser interpretados ou utilizados arbitrariamente (LAGE *et all*, 2007: 116).

Tecnicamente falando, a arte rupestre é um registro que pode se apresentar através de pinturas ou gravuras realizadas sobre uma superfície rochosa e que são responsáveis por expressar as manifestações habituais ou ritualísticas pré-históricas de extintos grupos paleoíndios. Segundo Laming-Emperaire (PROUS, 1992), “a importância da arte rupestre está no fato desta se constituir em um testemunho voluntário de sociedades já extintas, o qual foi executado, na maior parte, com significado próprio, muitas vezes ainda não compreendido, e sobre o qual muitas interpretações podem ser levantadas.”

Para Prous (1992: 510), “por Arte Rupestre entendem-se todas as inscrições (pinturas e gravuras) deixadas pelo homem em suportes fixos de pedra (paredes de abrigos, grutas, matacões, etc...)”. Baeta e Prous (2003: 43) salientam também que “muitos destes desenhos não foram feitos para fins estéticos e, desta forma, é desaconselhável a tentativa de realizar uma análise sobre seu significado uma vez que o contexto histórico em que estamos inseridos e o de que os produziu são diferentes”. Já Beber (1995: 91) acredita que “as pinturas e gravuras nas cavernas e abrigos são, antes de tudo, uma domesticação do ambiente, tornando-o habitável”. O feitio de tal manifestação também pode ser considerado uma forma do homem

pré-histórico demonstrar sua presença em um determinado local, transformando-o ao seu gosto, atividade que é inerente à atividade e à criatividade humana.

As pinturas rupestres são fixadas em superfícies rochosas com o uso de tintas naturais compostas de pigmentos minerais como o ocre (óxido de ferro) que oferece a tonalidade vermelha, o carvão (mineral ou vegetal) que oferece o preto, a limonita que oferece o amarelo e ainda com diferentes tonalidades de terra, ou com o uso de extratos vegetais como o jenipapo (preto) e o urucum (vermelho). Entretanto, os pigmentos vegetais não se fixam por completamente na superfície e são facilmente retirados com a água da chuva. As pinturas poderiam ser feitas com o auxílio de um “pincel”, composto por substratos vegetais, com o próprio dedo, com o próprio material a exemplo do carvão riscado sobre a superfície ou ainda com a boca, que expeli a tinta em forma de jato dando o contorno na superfície, técnica chamada de negativo.

Estas representações são compostas por diferentes características, que variam de acordo com a região onde estão localizadas ou mesmo de acordo com o período temporal de sua elaboração. Desta forma, não havendo uma similaridade neste campo de estudo da pré-história, houve a necessidade de fracionar estas manifestações de modo a agrupá-las em alianças representativas, denominadas convencionalmente “tradições pictóricas”. Este termo, segundo SILVA (2000: 164), foi introduzido na terminologia arqueológica brasileira pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA, na década de 1960.

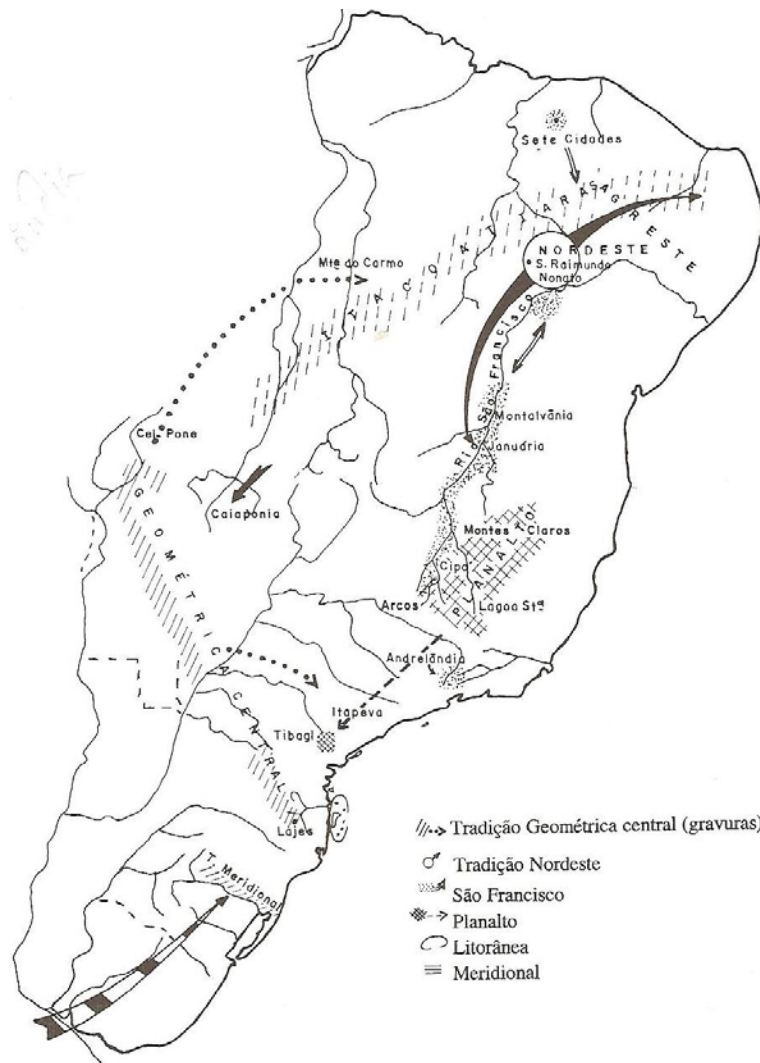


Figura 01. Mapa das Tradições de pinturas rupestres do Brasil¹⁵.

Segundo GASPAR (2003: 45), a tradição pictórica implica uma certa permanência de traços distintivos que são geralmente temáticos. Também temos conhecimento que uma Tradição pictórica ocupa um determinado local no tempo e no espaço. Entretanto, esta noção de tempo é ambígua, uma vez que podem coexistir Tradições que outrora foram

¹⁵ In: PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília. Ed. UNB, 1992. p. 512

contemporâneas, ou seja, que coexistiram na mesma época, mas que utilizavam de territórios distintos para a sua subsistência.

3.6 As Tradições de pinturas rupestres da região:

As duas Tradições rupestres pré-históricas em questão (Planalto e São Francisco) são formulações prévias de uma realidade, ou seja, características próprias definem cada uma destas, de acordo com traços semelhantes ou distintos praticados, de acordo com período temporal em que foram realizadas assim como a região geográfica. Apesar das tradições pictóricas ocuparem teoricamente espaços geográficos e cronológicos distintos, podem ocorrer momentos em que as duas se encontram, havendo uma ligeira miscigenação de suas características identitárias.

Devido à forma como se processaram as análises preliminares responsáveis pelo estudo da Toca do Índio, têm-se ainda muitas lacunas, no que diz respeito às características presentes nas pinturas rupestres da região. São análises, na maioria das vezes, sucintas e esquemáticas, onde a prioridade recai somente na identificação da Tradição Rupestre a que pertencem as pinturas de um determinado sítio arqueológico, em detrimento de sua inserção em um contexto pré-histórico mais amplo.

Esta identificação será procedida através da comparação teórica entre as Tradições Rupestres em questão, envolvendo ainda a análise das pinturas rupestres de modo a buscar a inserção do sítio arqueológico dentro de um quadro específico, ou ainda, caso não seja possível, identificar elementos que possam estabelecer vínculos de determinadas representações sobre o teto de uma Tradição (ou duas), identificando, caso seja a ocorrência, uma questão de ineditismo quanto à presença de um sítio arqueológico contendo pinturas rupestres pertencentes à Tradição São Francisco no Sul de Minas Gerais.

Nesta região sul-mineira, esperava-se que fossem encontrados apenas sítios arqueológicos munidos de pinturas rupestres associadas à Tradição Planalto, uma vez que esta pode ser caracterizada pela presença abundante de representações antropomorfas e zoomorfas, neste último caso, principalmente cervídeos. Também é característica principal desta o fato de serem quase que uniformemente monocromáticas na cor vermelha, com raras manifestações em preto, amarelo ou branco.

Conforme pesquisas anteriores relacionadas a esta Tradição, as pinturas a esta filiadas podem ser encontradas em diversos estados, principalmente no Sudeste. Para Prous (1992: 515), esta Tradição está distribuída pelo planalto central brasileiro desde sua fronteira, entre Paraná e São Paulo até o estado da Bahia, sendo que seu foco principal parece estar no centro de Minas Gerais.

Entretanto, a Toca do Índio destoa desta prerrogativa apresentando pinturas rupestres que, à priori, podem ser filiadas à Tradição São Francisco, que tecnicamente deveria abarcar outra região do país, não tão distante, mas que mesmo assim demonstra a flexibilidade do posicionamento destas classes representativas em um único território. Este fato constitui-se o principal problema de nosso estudo.

A Tradição São Francisco pode ser caracterizada pela sobreposição numérica das representações geomorfas que perfazem entre 80 e 100% das sinalizações, com poucas representações zoomorfas sendo que estes são em sua maioria peixes, pássaros, cobras, sáurios e talvez tartarugas. Ao contrário da Tradição Planalto, é praticamente constante o aparecimento da bicromia ou policromia, ou seja, pinturas que foram feitas com duas ou mais tonalidades de cores. Esta Tradição é representada amplamente no Vale do Rio São Francisco em Minas Gerais, Bahia e Sergipe, bem como nos estados de Goiás podendo-se se estender até a Bolívia (Prous, 1992: 525).

Apesar de alguns autores considerarem a Tradição São Francisco como Tradição consolidada, ainda há muitas controvérsias quanto à sua legitimidade, quanto à sua composição ou mesmo quanto à sua existência. Estas incongruências são resultados de distintas metodologias de análise da arte rupestre, diferenças estas que estão arraigadas à escola que iniciou as pesquisas arqueológicas propriamente ditas no Brasil, a francesa. Entretanto, não sendo este o debate em questão, a intenção deste estudo é oferecer uma filiação para as pinturas da Toca do Índio, buscando principalmente uma associação direta entre as mesmas e a Tradição são - franciscana.

Entretanto, a Tradição São Francisco não é um consenso entre os arqueólogos brasileiros. Segundo Martin (2005: 285), o problema é subjacente à ambigüidade das definições e à escolha do que pode ser considerado “geométrico” para definir uma Tradição com este nome. Martin ainda fala da facilidade em considerar o que não é biomorfo, mas que apresenta uma complexidade de ângulos como as representações geométricas, sendo que geométrico propriamente dito significa ter uma certa quantidade de ângulos, ou seja; são geométricos linhas, triângulos quadrados, retângulos... enquanto, ainda segundo a autora, as representações arredondadas e ovaladas costumasse caracterizar-se como “Tradição Astronômica” que ainda será analisada neste estudo, ainda que superficialmente haja vista a pouca disponibilidade bibliográfica desta vertente de estudo arqueológico. Observamos ainda que uma vez não havendo consenso no meio científico quando à Tradição Astronômica ser considerada como uma Tradição rupestre propriamente dita, esta será abordada como uma possibilidade, não sendo caracterizada no sentido usual de Tradição rupestre.

3.7 As pinturas rupestres da Toca do Índio – uma análise:

No sítio arqueológico da Toca do Índio, em Andrelândia, podemos encontrar representações rupestres que, tradicionalmente, devido ao espaço geográfico em que se encontram, deveriam estar inseridas dentro da Tradição Planalto de pinturas rupestres. Entretanto, são identificáveis no painel representações que, devido às suas particularidades e estilos representativos, podem ser classificadas, *à priori*, como pertencentes à Tradição São Francisco.

Esta afirmação pode ser confirmada analisando um estudo prévio de autoria de Jesus, Malta e Prous (1989) que identificaram as pinturas do sítio arqueológico em questão como sendo representativas da Tradição São Francisco, contendo ainda representações da “desconhecida Tradição Astronômica”. Segundo os autores, “são mais de 500 figuras geométricas e zoomorfas, dispostas ao longo de cerca de 50 metros de um enorme paredão rochoso, em um local abrigado da chuva e junto a uma paisagem deslumbrante. Estas pinturas foram as primeiras representantes conhecidas da Tradição São Francisco no Sul de Minas Gerais – anteriormente esta tradição só era conhecida no Norte do estado, junto ao Rio São Francisco – e há evidências de terem sido feitas em pelo menos três épocas diferentes.”

A escolha do suporte parece não ter respeitado a prerrogativa da necessidade de água no entorno, uma vez que esta somente é encontrada à quase 50 metros do sítio. O local, por estar localizado em uma face rochosa negativa, não se caracteriza por ser um paredão exposto e certamente oferece proteção para as pinturas contra as intempéries.

A distribuição das pinturas foi realizada em uma grande extensão do abrigo, sendo que a sua altura na maioria das vezes não ultrapassa 2 metros e meio do solo atual, sendo que um conjunto de representações (um sáurio, um quelônio, um geomorfo e um astronômico) estão localizados em uma altura superior a 4,5 metros do solo atuação, demonstrando talvez sua

importância perante o restante do painel e certamente ainda a necessidade da construção de “andaimes” para a sua realização, a não ser que tenha existido uma árvore por onde o acesso ao local fosse privilegiado. Ainda é possível que grafismos estejam abaixo do solo por terem sido realizados em um período mais antigo que os outros.

Algumas figuras foram realizadas de acordo com a morfologia da rocha, sendo aproveitada a irregularidade da superfície do paredão (clivagens, depressões, elevações...) para a composição das figuras.

Os temas são bastante diversificados mas apresentam uma semelhança morfológica muito distinta, permitindo a organização dos grafismos em diferentes grupos, tais como biomorfos, geométricos ou objetos. Os grafismos geométricos predominam no sítio. As representações animais compõem uma porcentagem relativamente pequena e ainda podem ser identificados representações de objetos, como lanças e propulsores. Segue o quadro demonstrando os principais temas gráficos do abrigo.

PRINCIPAIS TEMAS GRÁFICOS DA TOCA DO ÍNDIO, ANDRELÂNDIA
QUADRO - 4

L I N E A R E S		S U P E R F Í C I E S		C I R C U L A R E S	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
	49	53	6,9	18	2,3
	11	30	4,5	1	0,1
	4	8	1	44	6,7
	4	7	1	10	1,5
	10	26	4	10	1,5
	5	7	1	10	1,5
	261	4	0,4	83	12,1
	10	10	1,5	17	2,2
	5	5	0,7	16	2,5
	261	46,2		33	4,7

* Percentagens relativas a totalidade dos grafismos do sítio.

¹⁶ In: MALTA, I. M.; JESUS, S. M. O Abrigo da Toca do Índio – Andrelândia – MG. Um sítio da Tradição São Francisco na Zona da Mata. In: Anais da Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Goiânia, 1985.

Ainda não foram realizados testes de modo a estabelecer as datações dos registros rupestres. Entretanto, seria desnecessário aplicar estudos destrutivos sobre o painel uma vez que parte deste desprende-se do todo, oferecendo material similar próprio para a datação.

Ainda em campo há de ser observada a estratigrafia pictural que compõem os painéis dos sítios estudados. Desta forma, poderemos facilmente identificar os períodos cronológicos representados nos painéis assim como as filiações estilísticas individuais das representações em questão.

Observando as superfícies e descamações dos grafismos conseguimos distinguir três níveis cronológicos de pinturas. Segundo (Malta e Jesus, 1985: 10 – 11), no mais antigo as figuras seriam monocromáticas, com predomínio do vermelho sobre o amarelo, No nível intermediário aparece a bicromia vermelho-amarelo e as figuras monocromáticas amarelas aumentam numericamente. Já no nível mais recente surgem grandes linhas vermelho-amarelas que cortam o paredão longitudinalmente e seis figuras em branco ou em bicromia branco-vermelha e riscos em preto, realizados através de carvões. As figuras brancas parecem, em vários casos, reforçar ou retocar figuras vermelhas anteriores. A predominância das cores pode ser analisada no seguinte quadro.

	Cor	Número de figuras	%
	Vermelho	464	71.3
	Amarelo	129	19.8

Bicromia Vermelho/amarelo	50	7.7
Branco	3	0.5
Bicromia Vermelho/branco	3	0.5
Preto	1	0.2
Total	650	100.0

17



Foto 09. Desprendimento ocorrido na parte inferior do painel logo após utilizada como substrato para a realização de pinturas mais recentes. Foto: Márcio Mota Pereira.

¹⁷ MALTA, I. M.; JESUS, S M. **O Abrigo da Toca do Índio – Andrelândia – MG. Um sítio Um sítio da Tradição São Francisco na Zona da Mata.** In: Anais da Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Goiânia, 1985. pág. 12.

Realmente, à primeira vista podem-se notar as disparidades evidentes entre as pinturas da Toca do Índio quanto à região onde estão localizadas e a Tradição predominante na mesma. Estas pinturas são compostas predominantemente de representações geométricas, sendo que as figuras losangulares – linhas entrecruzadas pintadas com cores invertidas (vermelho e amarelo) prevalecem, sendo utilizados ainda o branco e o preto ainda que em menor quantidade, como se pode notar na imagem abaixo.



Foto 10. Representações geométricas onde predominam as cores vermelha e amarela em escala alternada. Foto: NPA.

Sabendo-se, como já foi mencionado, que na Tradição São Francisco a superioridade das representações geomorfas é de 80 % perante as representações biomorfas, percebe-se claramente a presença majoritária das primeiras, caracterizando-se novamente como representações são - franciscanas.

Fato distintivo é a ausência de “grades”, bastonetes ou pentes, símbolos típicos da Tradição São Francisco e que na maioria das vezes interage com as raras figuras antropomorfos ou mesmo com zoomorfos.

No sítio encontra-se apenas uma representação que possivelmente caracteriza um bio-antropomorfo, ou seja, um antropomorfo estilizado. Ainda que a Tradição São Francisco seja desprovida na maioria das vezes destas representações, as que se apresentam quase sempre são na maioria das vezes compreensíveis, sendo que a que está presente na Toca do Índio apenas assemelha-se à um.

Correspondendo-se à este fato, outra característica da Tradição São Francisco presente no painel em questão é a quase ausência de biomorfos. Na Toca do Índio podem ser notados como representações biomorfos apenas figuras de saurídios representados na cor vermelha e amarela (fato que distingue a Tradição São Francisco (Prous, 1992: 525)), além de uma representação biomorfa na cor vermelha, possivelmente um quelônio (tartaruga ?) distinguindo-se facilmente as patas, a cabeça e a cauda do zoomorfo, sendo que do lado inferior desta última representação, encontra-se ainda uma caracterização geométrica, corroborando a presença elevada do geometrismo nesta Tradição de pinturas rupestres (Foto 11).



Foto 11: Representações zoomorfas (quelônio e sáurio) e geomorfo encontrados na Toca do Índio. Foto: NPA.

Malta e Jesus (1985) deixam claro que pela temática “a Toca do Índio pertence à tradição São Francisco”. Mas por outro lado, classifica o sítio como “puro” onde não há tradição representada, deixando a possibilidade de se tratar de uma ou fáceis regional, sendo que para isso ainda há a necessidade de descobrir outros sítios similares na região.

Quando à Tradição Astronômica, esta foi definida por Maria Beltrão a partir de um conjunto de sítios pintados na região de Central (BA). A Tradição – ou unidade estilística Astronômica poderia ser caracterizada pela representação de astros e eventos astronômicos em três graus de complexidade: simples representações de astros; trajetórias astronômicas, conjuntos de astros etc.; e sistemas de contagem provavelmente relacionados a marcas de lunação, calendários e registros de solstício (BELTRÃO, 1991: 90 – 92). Podem ser

características também as representações de “aldeias” – figuras circulares com preenchimento interno, inicialmente interpretadas como plantas de aldeamentos¹⁸.

Ribeiro (1996/1997: 495), analisando o Norte de Minas, “entende serem três as possibilidades de inserção dos grafismos de ‘tipo’ ‘astronômico’: essas figuras poderiam realmente formar uma unidade estilística à parte, intrusiva entre os estilos da tradição São Francisco; poderiam compor um momento específico da evolução das expressões gráficas da tradição São Francisco – tratando-se, portanto, de um estilo desta tradição ou poderiam ainda estar manifestando uma temática reservada a certos locais topográficos: uma escolha dos autores das pinturas em representar ‘corpos celestes’ nas partes mais altas das encostas rochosas”, a exemplo do que acontece na Toca do Índio.



Foto 12. Possíveis representações astronômicas (sóis) na Toca do Índio. Foto: NPA.

¹⁸ (RIBEIRO, 1996/1997: 496 *apud* GRUHN, Ruth. **Projections of Social Structure in the Rock Art of Northern Minas Gerais, Brazil: an hypothesis**. Idaho State Museum of Natural History, 1980)



Foto 13. Possíveis representações astronômicas (sóis) na Toca do Índio. Foto: NPA.

Na Toca do Índio várias são as representações que teoricamente podem ser comparadas e/ou associadas às representações astronômicas. Citamos os inúmeros círculos concêntricos, muitos com o espaço entre as linhas vermelhas desprovidos de coloração, a não ser a da própria rocha, sendo que outras representações compõem-se de círculos concêntricos vermelhos intercalados com círculos amarelos. Ou seja, tanto a monocromia quanto a policromia são utilizadas para a representação destas possíveis “figuras astronômicas”.

Apesar da não consolidação da “Tradição Astronômica”, percebemos que esta sugere realmente a figuração destes objetos. Quanto à sua classificação, apesar de ser indefinida, constata-se a percepção presente nos homens pré-históricos quanto ao meio em que estavam inseridos, particularmente a esta noção de “paleoastronomia”.

4. O estado de conservação das pinturas:

4.1 Características dos processos de degradação:

Apesar da importância explanada até o momento sobre a acuidade destas manifestações pré-históricas para a compreensão de extintas sociedades, nem sempre foi dada a real importância que cabe a esta tipologia de patrimônio arqueológico. As pinturas rupestres da Serra de Santo Antônio até o momento das primeiras intervenções por parte do NPA não eram vistas com a importância devida, e eram corriqueiros os sinais de vandalismo atuando sobre o patrimônio público.

Dentre estes sinais, os mais comuns são as pichações que realizadas com o intuito de descaracterizar as pinturas, por vontade própria e voluntária do executor, ou mesmo por ação involuntária partindo do pressuposto que o responsável é desconhecedor do valor simbólico agregado ao registro que está sendo destruído. Podemos notar na imagem seguinte um exemplo de vandalismo antrópico no painel de pinturas da Toca do Índio.

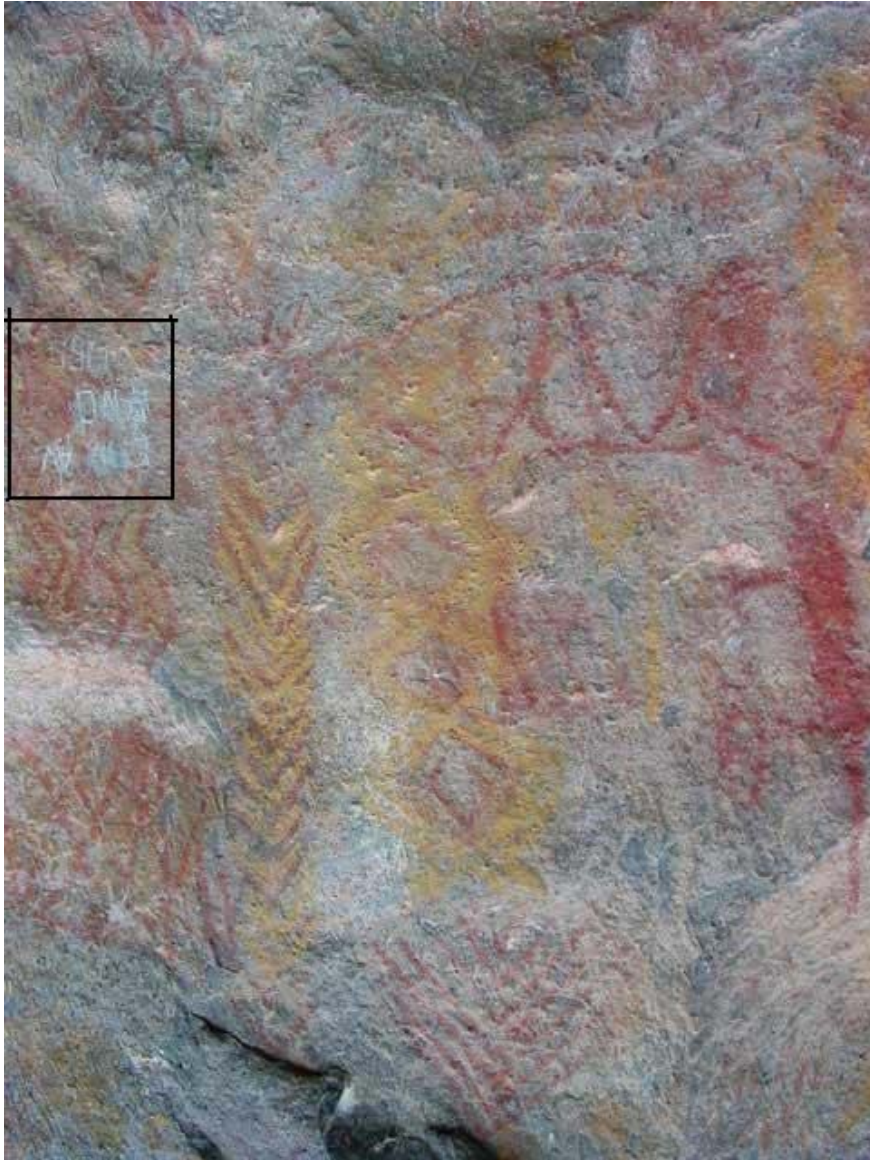


Foto 14. Parte do painel da Toca do Índio destacando-se degradações antrópicas, resultantes de vandalismo. Foto: NPA.

Contudo, não só as ações antrópicas são responsáveis pelos processos de degradação de qualquer sítio arqueológico, seja ele de pinturas rupestres, cerâmico, lítico ou arquitetônico. As ações naturais, ou seja, promovidas pelas condições do meio ambiente também impõem aos sítios arqueológicos duras condições para a perpetuação destes monumentos como resquícios de sociedades do passado. Os sítios arqueológicos de pinturas rupestres de um

modo geral estão incluídos nesta qualidade de patrimônio que sofrem com os processos degradatórios.

Para que este estudo – refiro-me apenas aos processos de degradação do painel - fosse considerado completo, deveríamos abranger vários aspectos de origem técnica como os geológicos, tais como as formas que compõem o maciço, e a composição estrutural da rocha, bem como os processos naturais contidos em si que também são responsáveis pela destruição das pinturas rupestres, como afloramentos minerais e desprendimentos. Por falta destes, limitar-nos-emos a estudar de forma sucinta a ação de alguns fatores naturais, como os de ordem hídrica, eólica, solar e biológica, deixando os fatores de ordem técnica geológica para futuros estudos realizados por profissionais da área.

Podemos citar como ações naturais que auxiliam no processo de degradação das pinturas rupestres os resultantes das ações do intemperismo já citados acima, ou seja, as ações eólica, solar e hídrica (pluvial), além de outras de naturezas distintas, como as resultantes de ações animais (biológicas).

Arrais e Ferreira (2006: 69) definem intemperismo como sendo “um conjunto de processos físicos ou químicos que produz a degradação das rochas sob condições superficiais ou próximas à superfície da terra. Conforme a natureza do fenômeno envolvido no intemperismo, este pode ser classificado como físico ou químico e sua ação é controlada por vários fatores tais como clima da região, composição, textura, estrutura e massividade da rocha, topografia da região da região bem como o tempo de duração do processo.”

A ação do vento, mesmo sendo um processo lento e quase imperceptível, é responsável pela abrasão que desgasta a rocha, fazendo com que os pigmentos que compõem as inscrições rupestres sejam desprendidos da parede rochosa, descaracterizando-a.

A ação solar é responsável pelo descolorimento das pinturas devido a incidência dos raios solares sobre as mesmas. De forma genérica, este problema não pode ser facilmente resolvido. Contudo, a manutenção e preservação da mata ao longo dos paredões rochosos pode ser decisiva uma vez que esta impede o impacto direto dos raios solares sobre as pinturas rupestres, evitando sua deterioração. No sítio em questão, é facilmente percebida a importância da mata que recobre o sítio arqueológico, pois esta claramente apresenta a função acima descrita, protegendo as pinturas da ação direta dos raios solares.

A ação pluvial, seja ela resultante do impacto direto dos pingos da chuva sobre as pinturas ou mesmo do escoamento d'água sobre as mesmas também contribui para a degradação destas manifestações. O solo sobre a parede que abriga as pinturas pode conter sulcos que conduzem a água em direção às pinturas, formando um fluxo que ao longo do tempo será responsável por uma dupla descaracterização do patrimônio, uma vez que a água conduzida será responsável por descolorir os pigmentos da pintura, além de conduzir minerais despreendidos da rocha, que serão depositados sobre as pinturas, encobrindo-a parcialmente ou totalmente.

No sítio arqueológico estudado, podemos notar esta última ocorrência em um conjunto de pinturas (representações geométricas – linhas, zigue – zagues e saúrios) que está parcialmente encoberta por uma por uma coluna de sedimentos minerais na cor branca depositados sobre o painel por um considerável fluxo d'água que escorre do alto da serra. Observa-se ainda ação de vandalismo – pichações na parte superior direita do painel.



Figura 15. Fluxo d'água responsável pelo depósito de minerais (na cor branca, do lado esquerdo do painel) sobre o mesmo. Foto: Márcio Mota Pereira.

Para evitar que este processo seja responsável pela descaracterização do sítio, medidas profiláticas como a instalação de uma pingadeira sobre a rocha, responsável por desviar o curso da água, de modo que esta não atinja as pinturas. Este processo é largamente utilizado em vários sítios arqueológicos no Parque Nacional da Serra da Capivara, sudeste do Piauí e,

com esta medida, houve grande avanço no processo de consolidação da preservação das pinturas rupestres.¹⁹

A ação animal responsável pela degradação de sítios arqueológicos de pinturas rupestres pode ser representada pelo estabelecimento de colônias de insetos sobre o patrimônio a ser defendido. Aranhas e mais comumente abelhas e vespas também podem se estabelecer sobre as pinturas quando estas estiverem em um ângulo inferior a noventa graus em relação ao solo, fazendo com que, ao serem retiradas, façam com que fragmentos das pinturas sejam desprendidos da parede, deteriorando parte do patrimônio. Também são responsáveis por ações similares os cupins, que estabelecem túneis ao longo de paredes. Estes túneis, se não forem detidos a tempo, poderão migrar em direção às pinturas, recobrando-as parcialmente e fazendo com que as pinturas sejam danificadas no momento de sua extração. Para que este processo de degradação seja completamente evitado, é necessária a manutenção constante dos sítios arqueológicos que contenham pinturas rupestres, evitando a proliferação destes insetos em seu redor.

¹⁹ Mais informações sobre esta metodologia de retrocesso quanto à descaracterização pluvial podem ser encontradas em FIGUEIREDO, Diva. & PUCCIONI, Silvia. **Arqueometria aplicada à conservação do sítio da Toca da Entrada do Pajaú, Parque Nacional da Serra da Capivara – PI** *In*: Consolidação estrutural da Toca da Entrada do Pajaú: diagnóstico e proposta de intervenção / Org. Diva Figueredo, Silvia Puccioni. – Teresina: IPHAN, 2006. 123 p. pág. 92.

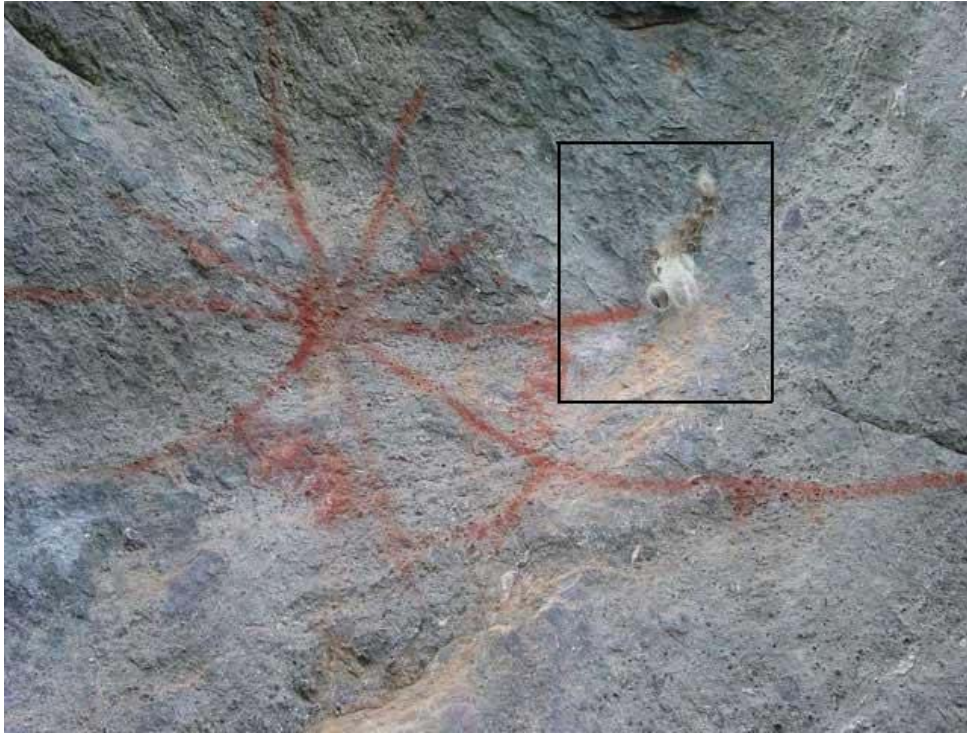


Foto 16. Exemplo de processo de degradação através do estabelecimento de animais sobre as pinturas.

Foto: NPA.

Entretanto, também é responsável pela degradação das pinturas o estabelecimento de microorganismos, como as colônias de fungos que freqüentemente pode ser vistas sobre as paredes rochosas. Apesar dos seres pertencentes a este Reino serem responsáveis por aferir a qualidade do ar, o seu estabelecimento sobre as pinturas faz com que estas sejam sobrepostas, encobertas e danificadas no momento de sua retirada. É extremamente difícil a manutenção desta qualidade de ser sobre determinadas superfícies, uma vez que o melhor controle sobre este pode ser realizado através da manutenção química, que deve ser realizada com grande observação, para que esta não interfira na composição do painel.

É necessária a compreensão de que estas ações naturais são irreversíveis, uma vez que são causados pelos aspectos inerentes ao meio, como a degradação natural da própria rocha; os

afloramentos minerais; a penetração hídrica que atinge a rocha; a expansão e retração da mesma pela incidência solar, ainda que esta seja calculada em escalas milimétricas; o estabelecimento de insetos ou mesmo o seu desprendimento. Em comum, estes conduzem a um mesmo resultado inevitável que são a perda do patrimônio e das informações nele contidas.

De modo geral, mesmo sem grandes intervenções que visem a sua preservação, podemos considerar como relevante a conservação do sítio arqueológico. Desde quando tiveram início as ações de preservação das pinturas por parte do NPA cessaram as práticas deteriorantes antrópicas, de modo que a continuidade das mesmas supracitadas poderiam contribuir para colocar ainda mais em perigo as informações contidas nas pinturas rupestres.

5. Conclusões:

Podemos notar facilmente que há influências da Tradição São Francisco neste sítio. Ressaltamos que somente este estudo é insuficiente para afirmar que pode-se restabelecer novos horizontes geográficos para a Tradição São Francisco. Para isso, é necessário um estudo multidisciplinar que possa estudar o sítio da Toca do Índio como um todo, priorizando os níveis estratigráficos assim como os resquícios que certamente serão encontrados.

Prous (1992: 525 e 527) sugere que perto das nascentes do São Francisco, talvez sob a influência da Tradição Planalto, a porcentagem de animais aumenta, mantendo-se a bicromia mais característica da Tradição do vale com a figura chapada amarela, e um entorno vermelho. Ou seja, mesmo que tenha havido a presença de populações oriundas do vale do São Francisco na região, as características presentes nas representações que eles produziram foram mescladas com as características presentes nas representações das populações autóctones da região, que serviam-se da Tradição Planalto.

Tal fato talvez possa ser explicado por migrações/deslocamentos ocasionais de representantes da Tradição São Francisco em direção ao Sul de Minas em momento contemporâneo à existência de representantes da Tradição Planalto ou em um momento posterior, ou seja, talvez não tenha ocorrido o encontro entre tais personagens, mas sim a ocupação da Tradição São Francisco em uma região que outrora fora ocupada pela Tradição Planalto. Esta suposta ocupação poderia ter facilmente acontecido. Nota-se isso no seguinte mapa que destaca as Tradições de pinturas rupestres de Minas Gerais, recorte integrante da obra de Prous que apresenta a área de atuação da Tradição São Francisco (pontuada), inclusive Andrelândia contrastando com a área de atuação da Tradição Planalto (rachurada).



Figura 02. Mapa das Tradições pictóricas destacando o Estado de Minas Gerais.

O certo é apesar de claramente a Toca do Índio apresentar composições rupestres tecnicamente pertencentes à Tradição São Francisco, não podemos classificar o sítio como pertencente à mesma apenas pela análise das pinturas, e por ser o único sítio na região com estas características. É necessária a descoberta de outros locais próximos que assim como este apresente as mesmas características para que então seja concretizada a filiação do sítio em questão como são - franciscano, ou mesmo como uma subtradição pertencente à esta Tradição.

Estudos quanto à “Tradição Astronômica” também são necessários. Apesar do sítio apresentar as características apresentadas por Beltrão, o mesmo está localizado em um local

²⁰ Adaptado de PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília. Ed. UNB, 1992. p. 512

isolado dos outros. Resta saber se a sua presença no Sul de Minas é fruto de deslocamentos aleatórios das populações paleoíndias ou mesmo se esta constitui-se como outra Tradição rupestre, ou mesmo como uma sub-tradição. Desta forma, está aberta uma extensa via de pesquisa capaz de ser explorada na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAETA, Alenice e PROUS, André. A arte rupestre. *In: O patrimônio arqueológico da região de Matosinhos: Conhecer para proteger*. Belo Horizonte. Editora do Autor, 2003. p. 43 - 76.

BEBER, Marcos Vinícius. **Pinturas e gravuras em cavernas do Mato Grosso do Sul**. *In: Estudos Leopoldenses*. Volume 31, n. 144, setembro/outubro. São Leopoldo, 1995.

BELTRÃO, Maria. **A Astronomia do Homem Pré-Histórico Brasileiro**. *In: Revista Geográfica Universal*, outubro 1991. Pág. 88 – 97.

Consolidação estrutural da Toca da Entrada do Pajaú: diagnóstico e proposta de intervenção / Org. Diva Figueredo, Silvia Puccioni. – Teresina: IPHAN, 2006. 123 p.

FIGUTI, Levy, **Economia/Alimentação na Pré-história do Litoral de São Paulo**. *In: TENÓRIO, Maria C. (Org.). Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1999. p.197-203.

GASPAR, Madu. **A Arte Rupestre no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 83 p.

GIRELLI, Mirabel. **Pesquisas arqueológicas no Pantanal do Mato Grosso do Sul**. *In: Estudos Leopoldenses*. Volume 32, n. 147, maio/junho. São Leopoldo, 1996.

JESUS, Soraia; MALTA, Ione; PROUS, André. **“As pinturas rupestres da Toca do Índio”**. *In: www.npa.org.br/principal.html*. Captado em 26/11/2006.

LAGE, M.C., CAVALCANTE, L. & GONÇALVES, A. A. **Intervenção de conservação no sítio Pequeno, Parque Nacional de Sete Cidades, Piauí – Brasil**. *In: Revista Fundamentos*, volume 1, número 6. São Raimundo Nonato (Pi): FMHA/Centro Cultural Sérgio Motta, 2007.

LEROI-GOURHAN, André. **Pré-História**. São Paulo: Pioneira, 1981. 331 p.

- MALTA, I. M; JESUS, S M . O Abrigo da Toca do Índio – Andrelândia – MG. Um sítio Um sítio da Tradição São Francisco na Zona da Mata. *In: Anais da Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Goiânia, 1985.
- MALTA, I. M. ; PROUS, André ; JESUS, S M . Lês pintures rupestres de la Toca do Índio. *In: Archives e Documents, PARIS, v. 87, 1987.*
- MARTIN, Gabriela. **O povoamento pré-histórico do vale do São Francisco (Brasil)**. *In: CLIO: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – Série Arqueológica, n°13. Recife: UFPE, 1998. p. 9 – 41.*
- MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. Recife: Ed. UFPE, 2005. 434 p.
- MELO, Patrícia Pinheiro de. **O Problema do povoamento da América: Uma nova proposta explicativa**. *In: CLIO, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – Série Arqueológica, n° 14. Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Recife: UFPE, 2000. pág. 263 – 272.*
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Aspectos Históricos da Terra de André**. Andrelândia, 1996. 184 p.
- Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2ª Edição**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1998.
- PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília. Ed. UNB, 1992. 613 p.
- PROUS, André. **As primeiras populações do Estado de Minas Gerais**. *In: TENÓRIO, Maria C. (Org.). Pré-História da Terra Brasilis. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999, p. 101-114.*

- RIBEIRO, Loredana. **As figurações de “corpos celestes” do Norte de Minas: manifestações da “Tradição Astronômica”?**. *In: Arquivos do Museu de História Natural da UFMG. Volume XVII/XVIII. Belo Horizonte: UFMG, 1996/1997. p. 495 – 523.*
- ROOSEVELT, Anna. **O Povoamento das Américas: o Panorama Brasileiro.** *In: TENÓRIO, Maria C. (Org.). Pré-História da Terra Brasilis. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999, p. 35-50.*
- SILVA, Jacionara Coelho. **As Culturas Pré-históricas do Vale do São Francisco (Pernambuco – Brasil).** *In: CLIO, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – Série Arqueológica n° 14. Anais da X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Recife: UFPE, 2000.*